



**Ministério das Finanças  
e do Fomento Empresarial**

Direção Nacional do Orçamento  
e da Contabilidade Pública

# **OE 2022**

**SINTESE INFORMATIVA DA EXECUÇÃO**

**ATÉ FEVEREIRO**

**MARÇO 2022**

## ÍNDICE

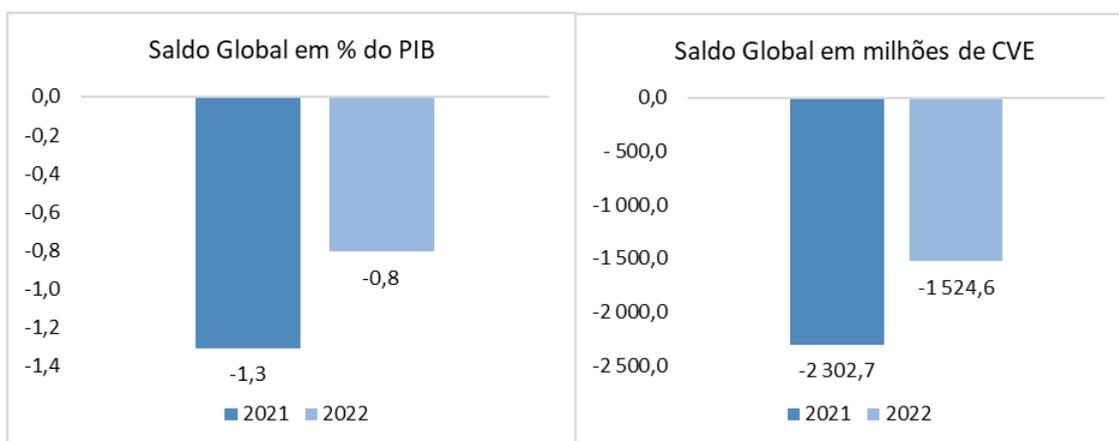
<b>1.</b>	<b>Síntese Geral de Execução Orçamental</b> .....	<b>2</b>
<b>2.</b>	<b>Análise das Receitas Totais</b> .....	<b>4</b>
<b>2.1.</b>	<b>Receitas (não inclui venda de ativos)</b> .....	<b>5</b>
<b>2.2.</b>	<b>Venda de Ativos Não Financeiros</b> .....	<b>7</b>
<b>3.</b>	<b>Análise das Despesas e Ativos Não Financeiros</b> .....	<b>8</b>
<b>3.1.</b>	<b>Por Classificação Económica</b> .....	<b>8</b>
<b>3.1.1.</b>	<b>Despesas</b> .....	<b>9</b>
<b>3.1.2.</b>	<b>Ativos Não Financeiros</b> .....	<b>11</b>
<b>3.2.</b>	<b>Por Tipo de Financiamento</b> .....	<b>11</b>
<b>4.</b>	<b>Projetos em Resposta à Covid-19</b> .....	<b>12</b>
<b>5.</b>	<b>Dívida Pública</b> .....	<b>14</b>

### 1. Síntese Geral de Execução Orçamental

O Saldo Global apurado para o mês fevereiro de 2022 foi de 1.524,6 milhões de CVE negativos, ou seja, um défice de 0,8% do PIB previsto no OE. Esse resultado se traduziu numa diminuição de 0,5 p.p. face ao mesmo período de 2021.

Relativamente ao saldo corrente primário em percentagem do PIB, regista-se uma melhoria de 0,6 p.p., comparativamente ao período homólogo, fixando-se em -0,4%, decorrente da melhoria da performance das receitas arrecadadas, para além da ligeira contribuição ao nível do PIB.

Gráfico 1 - Evolução do Saldo Global



Fonte: MFFE

Os resultados provisórios da execução orçamental em fevereiro de 2022, comparativamente ao mesmo período de 2021, decorrem:

- do acréscimo das receitas totais em 30,0% (+1.511,9 milhões de CVE), registando uma evolução positiva em diferentes agregados, com exceção das transferências (donativos);
- do acréscimo das despesas totais em 8,4% (+612,1 milhões de CVE), registando um agravamento em quase todas as componentes das despesas, com destaque as despesas com o pessoal, aquisições de bens e serviços e subsídios, em parte, na sequência da consolidação do processo de bancarização; e
- do acréscimo em ativos não financeiros líquidos em 158,8% (+121,7 milhões de CVE), justificado em grande parte pela não concretização de vendas desses ativos nesse mês.

Quadro 1 - Evolução das Operações Financeiras do Estado

(em milhões de CVE)

	2021		2022			
	Orç. Ret	Fev	Orç. Inicial	Fev	Grau Exec.	Tax. Hom
<b>1. Total Receitas</b>	<b>52 520</b>	<b>5 046</b>	<b>58 196</b>	<b>6 558</b>	<b>11,3</b>	<b>30,0</b>
<b>1.1 - Receitas Correntes (excluindo donativos)</b>	<b>47 270</b>	<b>4 937</b>	<b>54 215</b>	<b>6 502</b>	<b>12,0</b>	<b>31,7</b>
Impostos	34 895	4 312	41 184	5 537	13,4	28,4
Segurança Social	71	6	71	6	9,0	7,6
Transferências (donativos)	5 250	110	3 982	56	1,4	-49,0
Outras Receitas	12 304	618	12 960	958	7,4	55,0
<b>2. Total Despesas</b>	<b>63 473</b>	<b>7 272</b>	<b>62 112</b>	<b>7 885</b>	<b>12,7</b>	<b>8,4</b>
Despesas com Pessoal	24 480	3 216	24 326	3 337	13,7	3,8
Aquisição de Bens e Serviços	12 292	743	12 390	973	7,9	30,9
Juros Correntes	4 485	580	5 541	624	11,3	7,6
Subsídios	1 116	69	1 008	201	19,9	189,7
Transferências	7 847	935	6 663	740	11,1	-20,9
Benefícios Sociais	9 179	1 358	8 316	1 397	16,8	2,8
Outras despesas correntes	4 075	107	3 868	420	10,9	292,2
Valor a regularizar		264	0	194	-	-26,6
<b>3. Resultado Operacional Bruto</b>	<b>-10 953</b>	<b>-2 226</b>	<b>-3 916</b>	<b>-1 326</b>	<b>33,9</b>	<b>-40,4</b>
<b>4. Ativos não Financeiros</b>	<b>9 863</b>	<b>77</b>	<b>10 217</b>	<b>198</b>	<b>1,9</b>	<b>158,8</b>
Compra ativos não financeiros	11 353	161	10 625	204	1,9	26,1
Venda ativos não financeiros	1 490	85	408	5	1,3	-93,8
<b>5. Global Global (1-2-4)</b>	<b>-20 816</b>	<b>-2 303</b>	<b>-14 134</b>	<b>-1 525</b>	<b>10,8</b>	<b>-33,8</b>
Saldo global (em percentagem do PIB)	-11,9	-1,3	-7,5	-0,8	-	-
Saldo Corrente Primario	-7 271	-1 756	1 029	-698	-	-
Saldo Corrente Primario (em percentagem do PIB)	-4,1	-1,0	0,5	-0,4	-	-
<b>6. Financiamento</b>	<b>20 816</b>	<b>2 005</b>	<b>14 134</b>	<b>-271</b>	-	-
<b>6.1 Ativos Financeiros</b>	<b>934</b>	<b>-257</b>	<b>-4 363</b>	<b>283</b>	-	-
Empréstimos Concedidos Mi - Amortizações	2 303	11	120	10	-	-
Empréstimos Concedidos Mi - Concedidos	-2 278	-146	-2 513	-40	-	-
Acções e Outras Participações Mi - Aquisição	-1 049	-122	-2 651	0	-	-
Depósitos Cert. Poup. Mi - Levantamentos	1 958	0	681	313	-	-
<b>6.2 Passivos Financeiros</b>	<b>19 882</b>	<b>2 263</b>	<b>18 497</b>	<b>-554</b>	-	-
<b>Interno líquido</b>	<b>5 402</b>	<b>1 962</b>	<b>11 412</b>	<b>-181</b>	-	-
Sistema bancário		1 567		-923	-	-
Empréstimos obtidos Pmi - Amortizações Leasing	-185	-25	-185	-19	-	-
Despesa por compensar na conta do Tesouro no BCV		-1 667		-143	-	-
Pagamento de Cheques e transferência em trânsito		68		0	-	-
Outras operações de tesouraria		-137		-3	-	-
Sistema não bancário		2 156		907	-	-
<b>Externo líquido</b>	<b>14 481</b>	<b>300</b>	<b>7 085</b>	<b>-373</b>	-	-
Empréstimos obtidos Pme - Aquisições	17 392	729	16 089	307	-	-
Empréstimos obtidos Pme - Amortizações	-2 911	-428	-9 005	-680	-	-
<b>7.GAP Financiamento (5 - 6)</b>	<b>0</b>	<b>-297</b>	<b>0</b>	<b>-1 795</b>	-	-

Fonte: MFFE

## 2. Análise das Receitas Totais

As receitas totais da Administração Central (incluindo vendas de ativos não financeiros) realizadas até fevereiro de 2022 cifraram-se em 6.563,5 milhões de CVE, registando um acréscimo na ordem de 27,9%, comparativamente ao período homólogo.

### Quadro 2 - Receitas Públicas Orçamentais

(em milhões de CVE)

Mapa I - Receitas por Classificação Económica	2021		2022		Grau Exec.	Tax. Hom
	Orç. Ret.	Fev	Orç. Inicial	Fev		
<b>Impostos</b>	<b>34 895</b>	<b>4 312</b>	<b>41 184</b>	<b>5 537</b>	<b>13,4</b>	<b>28,4</b>
<b>Imposto único sobre rendimentos</b>	<b>9 271</b>	<b>901</b>	<b>11 230</b>	<b>1 054</b>	<b>9,4</b>	<b>16,9</b>
IR-PS	6 026	812	6 799	973	14,3	19,8
IR-PC	3 244	89	4 431	81	1,8	-9,6
<b>Outros impostos directos</b>	<b>570</b>	<b>76</b>	<b>649</b>	<b>94</b>	<b>14,5</b>	<b>23,1</b>
Tributo Especial Unificado - TEU	570	76	617	94	15,2	23,1
Taxa de Incêndio			31	0	0,0	-
<b>Imposto sobre bens e serviços</b>	<b>16 886</b>	<b>2 173</b>	<b>20 129</b>	<b>3 051</b>	<b>15,2</b>	<b>40,4</b>
Imposto sobre o valor acrescentado	14 010	1 858	15 826	2 388	15,1	28,5
IVA DGA	7 425	1 074	8 934	1 301	14,6	21,2
IVA DGCI	6 585	785	6 892	1 087	15,8	38,6
Imposto consumo especial	1 955	222	2 477	386	15,6	73,8
Taxa de Tabaco			323	20	6,2	-
Contribuição turística	248	6	475	117	24,7	1 866,8
Taxa ecológica	674	87	728	97	13,4	12,3
Taxa estatística aduaneira			300	42	14,2	-
<b>Impostos sobre transações internacionais</b>	<b>7 471</b>	<b>1 055</b>	<b>8 407</b>	<b>1 212</b>	<b>14,4</b>	<b>14,9</b>
Direitos de importação	7 154	1 010	8 067	1 159	14,4	14,8
Taxa comunitária CEDEAO	317	45	340	53	15,4	16,3
<b>Outros impostos</b>	<b>697</b>	<b>107</b>	<b>769</b>	<b>127</b>	<b>16,5</b>	<b>18,6</b>
Imposto de selo	664	107	719	121	16,8	12,6
Imposto especial sobre jogos	33	0	50	6	13,0	-
<b>Segurança Social</b>	<b>71</b>	<b>6</b>	<b>71</b>	<b>6</b>	<b>9,0</b>	<b>7,6</b>
Taxa social única	0	0	71	0	0,0	719,3
Contribuições para a segurança social	71	6	0	6	-	7,6
Outras Contribuições	0	0	0	0	-	-3,5
<b>Transferências</b>	<b>5 250</b>	<b>110</b>	<b>3 982</b>	<b>56</b>	<b>1,4</b>	<b>-49,0</b>
De Governos Estrangeiros	4 525	47	3 378	8	0,2	-83,7
Ajuda Orçamental	1 029	0	825	0	0,0	-
Ajuda Alimentar	321	26	300	0	0,0	-100,0
Donativos directos	3 175	21	2 253	8	0,3	-63,7
De Organizações Internacionais	218	6	80	3	4,1	-40,6
Das Administrações Públicas	508	57	523	45	8,6	-21,0
<b>Outras Receitas</b>	<b>12 304</b>	<b>618</b>	<b>12 960</b>	<b>958</b>	<b>7,4</b>	<b>55,0</b>
Rendimentos de propriedade	4 922	15	5 444	112	2,1	668,2
Venda de bens e serviços	6 075	548	5 957	778	13,1	42,0
Multas e outras penalidades	212	22	342	35	10,2	60,7
Outras transferências	314	4	337	17	5,2	329,6
Outras receitas diversas e não especificadas	781	30	880	16	1,9	-45,3
<b>Receitas</b>	<b>52 520</b>	<b>5 046</b>	<b>58 196</b>	<b>6 558</b>	<b>11,3</b>	<b>30,0</b>
<b>Ativos e Passivos</b>	<b>1 490</b>	<b>85</b>	<b>408</b>	<b>5</b>	<b>1,3</b>	<b>-93,8</b>
Ativos não Financeiros	1 490	85	408	5	1,3	-93,8
<b>TOTAL RECEITAS</b>	<b>54 010</b>	<b>5 131</b>	<b>58 604</b>	<b>6 563</b>	<b>11,2</b>	<b>27,9</b>

Fonte: MFFE

### 2.1. Receitas (não inclui venda de ativos)

Até fevereiro de 2022, as receitas arrecadadas totalizaram o montante de 6.558,2 milhões de CVE, registando um acréscimo de 30,0%, comparativamente ao período homólogo. Esta performance resulta do aumento da arrecadação em sede dos impostos diretos (+17,4%), impostos indiretos (+31,6%), segurança social (+7,6%), outras receitas (+55,0%) e por outro lado o decréscimo das receitas em donativos (-49,0%).

Em relação aos impostos diretos, é de se destacar que o acréscimo 17,4% decorre da evolução das receitas arrecadadas em sede do:

- Imposto sobre Rendimentos das Pessoas Singulares, que se situou, no período em análise, em 973,1 milhões de CVE, registando uma evolução positiva, em termos homólogos, de 161,0 milhões de CVE (+19,8%). O acréscimo registado em sede do IRPS reflete o aumento das receitas em todos os ramos da atividade económica, excetuando as de eletricidade e imobiliária, e da cobrança de valores de anos anteriores negociadas em prestações cujo montante ascendeu cerca de 7 milhões de CVE;
- Imposto sobre Rendimentos das Pessoas Coletivas, que se cifrou, no período, em 80,8 milhões de CVE, registando uma evolução negativa em termos homólogos de 8,6 milhões de CVE (-9,6%). Tratando-se de um imposto, em que no período, não há obrigatoriedade em termos legais de pagamento, os valores cobrados prendem-se, essencialmente, com valores devidos de períodos anteriores, dos quais 37 milhões de CVE resultaram de pagamentos de valores negociados em prestações;
- Tributo Especial Unificado (TEU), que registou, no período em análise, uma execução de 94,0 milhões de CVE, traduzindo-se numa evolução positiva de 17,6 milhões de CVE (+23,1%) em relação ao mesmo período do ano anterior.

Quanto aos impostos indiretos, o acréscimo de 31,6% deveu-se, essencialmente, às variações conjugadas das seguintes rubricas:

- Imposto sobre o Valor Acrescentado – o IVA registou no período em análise uma execução de 2.388,0 milhões de CVE, traduzindo uma evolução positiva de 529,9 milhões de CVE (+28,5%). Por fonte de arrecadação, constatou-se que em sede do IVA-DGA apurou-se um acréscimo de 21,2% (+227,1 milhões de CVE) enquanto que o IVA-DGCI teve um acréscimo de 38,6% (+302,8 milhões de CVE). Este acréscimo reflete o aumento da cobrança em todos os setores de atividades, à exceção do setor da construção civil, sendo de salientar o contributo dos setores de alojamento e restauração (118 milhões de CVE), da indústria transformadora (65 milhões de CVE) e das atividades administrativa e serviços de apoio (33 milhões de CVE). Por outro lado, nota-se que a performance na arrecadação do IVA-DGA está intrinsecamente ligada à importação, e de certo modo aos Impostos sobre as Transações Internacionais infra referidos.
- Contribuição Turística – a receita totalizou, no período, o montante de 117,1 milhões de CVE, registando uma evolução positiva em termos homólogos de 111,2 milhões de CVE, o que demonstra o início da retoma da atividade turística.
- Impostos sobre Transações Internacionais - essa receita registou um acréscimo de 14,9% (+156,9 milhões de CVE), comparado ao mesmo período do ano anterior. Em termos desagregados e em face ao período homólogo de 2021, verificou-se um aumento na arrecadação do Direito de Importação na ordem dos 14,8% (+149,6 milhões de CVE), enquanto a Taxa Comunitária CEDEAO aumentou 16,3% (+7,4 milhões de CVE).
- Imposto de Selo – a cobrança em sede do imposto teve uma evolução positiva comparativamente ao período homólogo, em 12,6% (+13,5 milhões de CVE). É de realçar, que o imposto de selo constitui um dos impostos que não foi impactado pela pandemia, dada a sua incidência nas operações financeiras, atividade que cresceu com a pandemia.
- Imposto especial sobre jogos - a cobrança em sede desse imposto foi de 6,5 milhões de CVE, registado um aumento de 100%, uma vez que no período homólogo a cobrança foi nula. Pelo historial de arrecadação deste imposto, verifica-se uma correlação direta

com a atividade turística, pelo que o aumento da cobrança reflete o início da retoma desta atividade.

Relativamente às transferências (com destaque aos donativos), registou-se uma execução de 56,0 milhões de CVE, correspondendo a um decréscimo de 49,0% (-53,8 milhões de CVE), em face da arrecadação no período homólogo de 2021. Esta performance decorre do decréscimo de transferências provenientes de Governos Estrangeiros (-39,6 milhões de CVE), justificado pelo não registo da ajuda alimentar e uma redução em 63,7% de donativos diretos (-13,5 milhões de CVE). Adicionalmente, registou-se uma diminuição das transferências provenientes de organizações internacionais em 40,6% (-2,3 milhões de CVE), assim como as provenientes das administrações públicas em 21,0% (-11,9 milhões de CVE).

As “outras receitas” verificaram um acréscimo de 55,0% (+340,2 milhões de CVE), em face da arrecadação no período homólogo do ano anterior, justificado, essencialmente, pela conjugação das seguintes rúbricas:

- Rendimentos de propriedade (+668,2%; +97,3 milhões de CVE), decorrente de outras concessões no âmbito de licenças emitidas no setor das pescas;
- Venda de bens e serviços (+42,0%; +230,1 milhões de CVE), impulsionado pelas taxas de prestação de serviços podendo-se destacar os serviços médico hospitalares, os emolumentos dos registos e notariado, bem como os emolumentos das custas judiciais; e
- Outras transferências (+329,6%; +13,3 milhões de CVE), sobretudo decorrente de arrecadação de outras receitas eventuais em hospitais e nas Forças Armadas.

### **2.2. Venda de Ativos Não Financeiros**

Em fevereiro de 2022, as receitas provenientes de Ativos Não Financeiros verificaram um decréscimo de 93,8% (-79,6 milhões de CVE) comparativamente a fevereiro de 2021, em face

as vendas pontuais registadas no ano passado, nomeadamente venda de edifícios das Forças Armadas.

### 3. Análise das Despesas e Ativos Não Financeiros

#### 3.1. Por Classificação Económica

As despesas totais e a aquisição de ativos não financeiros, em fevereiro de 2022, atingiram 8.088,0 milhões de CVE, registando um acréscimo de 8,8% em relação ao período homólogo de 2021.

**Quadro 3 - Evolução das Despesas Totais por Classificação Económica**

(em milhões de CVE)

Mapa II - Despesa por Classificação Económica	2021		2022			
	Orç. Ret.	Fev	Orç. Inicial	Fev	Grau Exec.	Tax. Hom
Despesas com Pessoal	24 480	3 216	24 326	3 337	13,7	3,8
Remuneração Certas e Permanentes	22 381	3 124	22 206	3 236	14,6	3,6
Segurança Social	2 098	93	2 120	101	4,7	8,8
Aquisição de Bens e Serviços	12 292	743	12 390	973	7,9	30,9
Juros Correntes	4 485	580	5 541	624	11,3	7,6
Dívida interna	3 343	482	3 413	499	14,6	3,5
Dívida externa	1 044	97	2 052	125	6,1	28,1
Outros encargos	98	0	76	0	0,0	-
Subsídios	1 116	69	1 008	201	19,9	189,7
Transferências Correntes	7 847	935	6 663	740	11,1	-20,9
Governos Estrangeiros	1 188	3	504	14	2,7	432,4
Organismos Internacionais	465	52	472	3	0,7	-93,8
Administração Pública	6 194	881	5 687	723	12,7	-18,0
Benefícios Sociais	9 179	1 358	8 316	1 397	16,8	2,8
Outras Despesas Correntes	4 075	107	3 868	420	10,9	292,2
Valor a regularizar		264	0	194	-	-26,6
<b>Despesas</b>	<b>63 473</b>	<b>7 272</b>	<b>62 112</b>	<b>7 885</b>	<b>12,7</b>	<b>8,4</b>
<b>Ativos e Passivos</b>	<b>11 353</b>	<b>161</b>	<b>10 625</b>	<b>203,5</b>	<b>1,9</b>	<b>26,1</b>
Ativos não Financeiros	11 353	161	10 625	204	1,9	26,1
<b>TOTAL DESPESAS</b>	<b>74 826</b>	<b>7 434</b>	<b>72 737</b>	<b>8 088</b>	<b>11,1</b>	<b>8,8</b>

Fonte: MFFE

### 3.1.1. Despesas

Em fevereiro de 2022, as despesas executadas totalizaram o montante de 7.884,5 milhões de CVE, registando um acréscimo de 8,4% em relação ao executado em fevereiro de 2021. Esta evolução resultou do aumento generalizado de várias rubricas de despesas nomeadamente, outras despesas (+292,2%), subsídios (+189,7%), aquisição de bens e serviços (+30,9%), Juros (+7,6%), despesa com o pessoal (+3,8%) e Benefícios Sociais (+2,8%), conjugado com a diminuição das despesas em transferências (-20,9%), conforme abaixo se apresenta:

- A “despesa com o pessoal” evidenciou um aumento na ordem dos 3,8% (+120,9 milhões de CVE), decorrente do aumento de despesas:
  - i. com a implementação do estatuto da Direção Nacional de Receitas do Estado, que teve início em dezembro de 2021;
  - ii. com o registo atempado das despesas na Assembleia Nacional, com a bancarização desse Órgão; e
  - iii. com as contribuições à segurança social, na sequência da diminuição do tempo médio do pagamento, comparativamente ao ano de 2021.
- A “Aquisição de bens e serviços” registou um acréscimo de 30,9% (+229,8 milhões de CVE), em face ao período homólogo do ano anterior, resultante do aumento das seguintes sub-rubricas: “Outros Serviços” (+58,7 milhões de CVE) na sequência da execução do Projecto “Ocean Race”; “Deslocação e estada” (+49,8 milhões de CVE), em face a bancarização/consolidação da execução orçamental da Assembleia Nacional; “Energia Elétrica” (+33,9 milhões de CVE), como consequência da recentragem do tempo médio de pagamento; “Produtos Alimentares” (+25,2 milhões de CVE) consumido no âmbito das atividades das Forças Armadas, FICASE e dos Hospitais; “Material de Consumo Clínico” (+24,9 milhões de CVE) e “Combustíveis e Lubrificantes” (+11,3 milhões de CVE).
- A despesa com os juros da dívida registou um aumento de 7,6% (+44,1 milhões de CVE), comparado com o mesmo período de 2021, resultado do aumento das despesas com os juros da dívida externa em 28,1% (+27,3 milhões de CVE), comparativamente ao

período homólogo de 2021. Parte desta performance resulta da conclusão do período das moratórias.

- Os “Subsídios” registaram um acréscimo de 189,7% (+131,7 milhões de CVE), em face ao mesmo período de 2021, justificado essencialmente, pelos subsídios transferidos, no âmbito da resolução 54/2021 de 16 de abril, resultante de indemnização compensatória anual pelas obrigações de serviço público de transporte marítimo de passageiros e cargas inter-ilhas, cujo pagamento é efetuado através do Fundo Autónomo de Desenvolvimento e Segurança do Transporte Marítimo.
- Os “Benefícios Sociais” aumentaram 2,8% (+38,7 milhões de CVE), justificado, por um lado pela dinâmica esperada do aumento do número dos pensionistas do regime contributivo, impactando as rubricas de pensões de aposentação em 7,4% (+59,8 milhões de CVE) e de pensões de sobrevivência em 7,8% (+3,9 milhões de CVE) bem como a diminuição da rubrica outros benefícios sociais em numerário em 27,2% (-36,3 milhões de CVE).
- As “Transferências Correntes” tiveram uma diminuição de 20,9% (-195,8 milhões de CVE), comparado com o mesmo período do ano transato, devido à diminuição das transferências aos Municípios realizados anteriormente no âmbito das medidas de mitigação do impacto negativo da Covid-19 e à descontinuidade da medida das transferências no âmbito da Discriminação Positiva para os municípios com uma população inferior a 15.000 (quinze mil) habitantes.
- As “Outras Despesas Correntes” evidenciaram um aumento de 292,2% (+312,8 milhões de CVE), comparativamente ao mesmo período de 2021, decorrente do pagamento às organizações não governamentais no âmbito da subvenção do Estado referente às eleições autárquicas de outubro de 2020 e da participação da seleção nacional de futebol na CAN – Copa de África das Nações, bem como do pagamento das bolsas de estudos e outros benefícios educacionais.

O valor da despesa por regularizar, em fevereiro, situou-se na ordem dos 193,5 milhões de CVE, referente aos adiantamentos efetuados às Embaixadas.

### 3.1.2. Ativos Não Financeiros

A execução dos “Ativos Não Financeiros” ascendeu ao montante de 203,5 milhões de CVE, equivalente a 1,9% do total do orçamento e registou uma variação positiva, em termos absolutos, de 42,1 milhões de CVE comparativamente à execução de 2021.

O montante executado decorre, essencialmente, dos seguintes projetos: “Reabilitação de Estradas” com uma execução de 83,6 milhões de CVE; “Reforço ao Sector da Educação” com uma execução de 25,0 milhões de CVE; “Programa de Promoção de Oportunidades Socioeconómicas e Rurais (Poser - Clima)” com uma execução de 23,2 milhões de CVE; “Preparação e Resposta à Covid-19” com uma execução de 12,9 milhões de CVE; e “Sistema Nacional de Identificação e Autenticação Civil - SNIAC” cuja execução é de 7,8 milhões de CVE.

### 3.2. Por Tipo de Financiamento

No que tange ao financiamento, nota-se que 94,2% das despesas totais (despesas e ativos não financeiros) foram financiadas com recursos do Tesouro e 5,8% com recursos externos.

**Quadro 4 - Evolução das Despesas Totais por Tipo de Financiamento**

(em milhões de CVE)

Financiamento	2022		Grau Exec.	Peso %
	Orç.	Fev		
<b>Interno</b>	<b>61 480</b>	<b>7 616</b>	<b>12,4</b>	<b>94,2</b>
Tesouro (Rec. Int.)	60 616	7 564	12,5	99,3
OFN	864	52	6,0	0,7
<b>Externo</b>	<b>11 257</b>	<b>472</b>	<b>4,2</b>	<b>5,8</b>
Donativo	2 444	149	6,1	31,6
Empréstimo	8 523	318	3,7	67,3
Ajuda Alimentar	290	5	1,8	1,1
<b>Total da Despesa</b>	<b>72 737</b>	<b>8 088</b>	<b>11,1</b>	<b>100,0</b>

Fonte: MFFE

Ao nível dos recursos externos:

- Os donativos, na modalidade de financiamento direto aos projetos, totalizam o montante de 149,2 milhões de CVE, equivalente a 31,6% do total do financiamento

externo, sendo os financiadores com maiores execuções o Luxemburgo com 53,7 milhões de CVE, Fundo Internacional Desenvolvimento Agrícola com 24,7 milhões de CVE, o Banco Africano de Desenvolvimento 15,9 milhões de CVE, a Global Environment Fund com 11,0 milhões de CVE e donativos internos com 9,8 milhões de CVE.

- Os empréstimos externos ascenderam a 317,8 milhões de CVE, equivalente a 67,3% do total do financiamento externo. Esses financiamentos foram canalizados para 13 programas, com destaque para os programas “Infraestruturas Modernas e Seguras” (91,5 milhões de CVE), “Garantia de acesso ao rendimento, a Educação, aos Cuidados e à Saúde” (73,6 milhões de CVE), “Educação de Excelência” (58,9 milhões de CVE), “Reforma do Estado” (32,4 milhões de CVE) e “Desenvolvimento Integrado da Saúde (22,1 milhões de CVE)”.

#### 4. Projetos em Resposta à Covid-19

A execução orçamental dos projetos/unidades inscritos em resposta à Covid-19, até fevereiro de 2022, totalizaram 439,8 milhões de CVE, representando uma taxa de execução de 14,2%.

Por modalidade de financiamento, até o final do mês de fevereiro, a execução dos projetos/unidades foi financiada pelo tesouro em 62,6%, por empréstimo em 35,6% e por donativos em 1,7%.

**Quadro 5 - Despesa Covid-19 por Tipo de Financiamento**

(em milhões de CVE)

MOD. FINANCIAMENTO	VALOR_ACTUAL	VALOR_PAGO	PESO %
Donativo	275,2	7,6	1,7%
Empréstimo	1 206,1	156,7	35,6%
Tesouro	1 610,2	275,5	62,6%
<b>Total Geral</b>	<b>3 091,5</b>	<b>439,8</b>	<b>100,0%</b>

Fonte: MFFE

Dos projetos executados no período, em valores absolutos, destacam-se:

## Síntese de Execução Orçamental – fevereiro 2022

- “Sistema para o Desenvolvimento do Setor de Transporte Marítimo Inter-Ilhas” (184,7 milhões de CVE);
- “Prevenção e Combate a Coronavírus” (83,5 milhões de CVE);
- “Implementação de Rendimento Social de Inclusão” (73,6 milhões de CVE);
- “Reforço ao Setor da Educação” (63,6 milhões de CVE); e
- “Preparação e Resposta a Covid-19” (22,1 milhões de CVE).

**Quadro 6 – Execução dos projetos no âmbito da Covid-19**

FUNÇÕES DO ESTADO	PROJETOS	VALOR ACTUAL	VALOR PAGO	GRAU EXEC.
07.00.04 - Assuntos económicos	FADSTMI- Sistema Para O Desenvolvimento Do Setor De Transporte Marítimo Inter-Ilhas	656	185	28,2
	Cabo Verde Digital	18	3	15,7
	Preparação Projeto Cabo Verde Digital	376	2	0,6
	Reforço Da Resiliência Das Famílias Rurais No Pós Covid-19	27	1	5,1
	Transição Da Economia Informal A Formal	20	0	0,0
<b>07.00.04 - Assuntos económicos Total</b>		<b>1 098</b>	<b>191</b>	<b>17,4</b>
07.00.07 - Saúde	Prevenção E Combate A Coronavirus	654	83	12,8
	Preparação E Resposta A Covid-19	188	22	11,7
	Reforço Do Laboratorio Nacional De Saúde Publica - Insp	18	3	15,6
	Comunicação De Risco Em Saúde - INSP	5	1	13,4
	Desnvolvimento De Investigação Em Saúde - Insp	8	0	3,8
	Desenvolvimento Do Observatório Nacinal De Saúde Pública - INSP	2	0	8,7
	Reforço Do Setor Da Saúde No Combate Ao Covid19	2	0	0,5
	Reabilitação e equipamentos De Estruturas De Saúde	18	0	0,0
	Reforço De Capacidade Laboratório Virologia	30	0	0,0
	Equipamento Postos Sanitários	2	0	0,0
	Remodelação de Postos Sanitarios	11	0	0,0
	Construção Da Sede Do Inps Laboratorio Nacional Saude Publica	31	0	0,0
Prevenção E Combate A Coronavírus	29	0	0,0	
<b>07.00.07 - Saúde Total</b>		<b>997</b>	<b>110</b>	<b>11,0</b>
07.00.08 - Serviços culturais recreativos e religiosos	Apoio A Classe Artista Cultural - Covid-19	15	0	0,0
<b>07.00.08 - Serviços culturais recreativos e religiosos Total</b>		<b>15</b>	<b>0</b>	<b>0,0</b>
07.00.09 - Educação	Reforço Ao Sector Da Educação	382	64	16,7
	Bolsa Cabo Verde Digital	9	1	16,0
	Construção, Ampliação E Remodelação de Infra-Estruturas Educativas	12	0	0,0
<b>07.00.09 - Educação Total</b>		<b>403</b>	<b>65</b>	<b>16,2</b>
07.00.10 - Protecção social	Implementação De Rendimento Social De Inclusão	430	74	17,1
	Garantia De Cuidados De Dependentes	19	0	2,2
	Reforço Institucional Das Organizações Da Sociedade Civil	33	0	0,0
	Reforço Das Competências Do Setor Da Inclusão Social	36	0	0,0
<b>07.00.10 - Protecção social Total</b>		<b>518</b>	<b>74</b>	<b>14,3</b>
<b>Total Geral</b>		<b>3 091,5</b>	<b>439,8</b>	<b>14,2</b>

Fonte: MFFE

### 5. Dívida Pública

O stock da dívida pública, excluindo os TCMF, atingiu 284.607,6 milhões de CVE, em 28 de fevereiro de 2022, cabendo à dívida interna 83.842,4 milhões de CVE (44,4% do PIB) e à dívida externa 200.765,2 milhões de CVE (106,3% do PIB). Nesta sequência, o rácio dívida pública/PIB atingiu os 159,4%, cerca de 2,4 p.p. acima do valor registado em fevereiro de 2021.

**Quadro 7 – Evolução da Dívida Pública**

	fevereiro 21	fevereiro 22	Var. Hom	% PIB/21	% PIB/22
<b>Estoque Global</b>	<b>260 343,4</b>	<b>284 607,6</b>	<b>9,3</b>	<b>148,2</b>	<b>150,6</b>
Dívida Interna	76 337,6	83 842,4	9,8	43,5	44,4
Dívida Externa	184 005,8	200 765,2	9,1	104,8	106,3

Fonte: MFFE